



Ibmec MG Working Paper – WP1

**O Jovem no Mercado de Trabalho:
Clientes em potencial dos programas de primeiro emprego**

André Braz Golgher (UFMG e UNI-BH)
agolgher@hotmail.com

Ari Francisco de Araujo Junior (Ibmec MG)
arifaj@ibmecmg.br

(2003)

O Jovem no Mercado de Trabalho: Clientes em potencial dos programas de primeiro emprego

RESUMO

A melhoria das condições de inserção do jovem no mercado de trabalho é um ponto urgente a ser abordado. As formas de inserção atual e as possibilidades futuras do jovem brasileiro são muito precárias, ou seja, o quadro é gravíssimo. O objetivo deste artigo é, através de medidas sintéticas como as taxas de atividade e de desemprego, apresentar a situação da clientela em potencial de programas de primeiro emprego.

Devido à heterogeneidade da população jovem brasileira, o desenvolvimento de políticas voltadas para o primeiro emprego e que visem a melhoria da inserção no mercado do jovem também não pode ser homogêneo. Para cada um dos subgrupos aproximadamente homogêneos de jovens devem ser buscadas soluções diferenciadas tendo em mente características como idade do jovem, sexo, frequência na escola, nível escolar que frequenta, se faz parte da PEA ou não, se desempregado ou ocupado.

Neste artigo procurou-se mostrar a situação atual do jovem, clientela preferencial das políticas de primeiro emprego, no mercado de trabalho e as tendências atuais observadas. Procurou-se dar ênfase à heterogeneidade da população jovem.

Palavras chave: desemprego, jovem, primeiro emprego.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, um dos temas que aparece em maior evidência tanto na mídia como na agenda política são as altas taxas de desemprego e a precariedade na inserção no mercado de trabalho da população brasileira, em especial do jovem. As dificuldades presenciadas pelos jovens no Brasil no mercado de trabalho, tais como, altas taxas de desemprego, baixa renda, falta de perspectivas profissionais, tornam o quadro social ainda mais precário devido à marcante interdependência existente entre estas variáveis e outras como baixa escolaridade, violência, etc¹.

Além disso, tais problemas talvez tenham como um de seus agravantes as chamadas discontinuidades demográficas. No Brasil, estudos nesta direção apresentam grande relevância devido ao que se diagnosticou de “onda jovem”² do início dos anos noventa, representada pela entrada de um grande contingente de jovens no mercado de trabalho, em decorrência das discontinuidades demográficas características de um processo de desestabilização da estrutura etária. Quando não antecipadas de forma correta, as discontinuidades demográficas podem provocar pressões sociais e conseqüências indesejáveis tanto no mercado de trabalho quanto no sistema educacional, o que parece ter ocorrido no Brasil recente³.

A melhoria das condições de inserção do jovem no mercado de trabalho é um ponto urgente a ser abordado. As formas de inserção atual e as possibilidades futuras do jovem brasileiro são muito precárias. O quadro é gravíssimo, como poderá ser facilmente observado pelos dados a serem apresentados, principalmente quando os jovens de baixa renda são analisados em separado.

Não seria muito exagero afirmar que o desenvolvimento de um país não deveria ser medido por seus níveis de renda per capita ou mesmo pelos seus Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Um indicador muito mais fidedigno seria o respeito manifestado pela sociedade pela formação geral de seus jovens, incluindo medidas que demonstrem a preocupação pelo desenvolvimento de melhores perspectivas futuras de inserção social e pela criação de melhores oportunidades no mercado de trabalho. Existe hoje um intenso debate quanto à elaboração e implementação de políticas voltadas para este fim, com destaque para os programas de 1º emprego.

Mas existem dúvidas a respeito quanto à eficiência destes programas. Defensores de uma segunda bolsa escola, como Neri (2003), argumentam que subsídios à contratação de jovens pressionam a oferta de postos de trabalho existentes. Além disso, estudos revelam que o efeito idade ou ciclo de vida tem menor capacidade explicativa da desigualdade de rendimentos do que a educação⁴, o que sugere que uma política de melhoria da qualidade de ensino teria efeitos muito relevantes na diminuição das desigualdades sociais.

Debate a parte, já que aparentemente os programas serão levados a cabo, uma das questões relevantes é quanto à focalização destas políticas. Segundo apresentado em Rios-Neto e Golgher (2003), devido à heterogeneidade da população jovem brasileira, o desenvolvimento de uma política voltada para o primeiro emprego e para a melhoria da inserção no mercado do jovem também não pode ser homogênea. Grande parte dos jovens brasileiros estuda, mas muitos já não freqüentam

¹ Ver, por exemplo, Araujo Jr. (2002) e Silva e Kassouf (2002).

² Ver Bercovich e Madeira (1990).

³ Ver, por exemplo, Muniz (2002).

⁴ Ver, por exemplo, Menezes-Filho (2001).

estabelecimentos de ensino. Dentre os primeiros, alguns estão na universidade enquanto que outros ainda estão no ensino fundamental. Muitos trabalham, outros procuram emprego. Alguns não trabalham e não estudam, ou seja, são duplamente excluídos. Portanto, a forma de promoção da inserção no mercado de trabalho para cada um deles tem que ser necessariamente diferente.

O objetivo deste artigo é, através de medidas sintéticas como as taxa de atividade e de desemprego, apresentar a situação da clientela em potencial de programas de primeiro emprego, dando ênfase à heterogeneidade do jovem. Os dados que serão apresentados se referem ao estado de Minas Gerais, que é um microcosmo representativo da realidade brasileira. O trabalho foi dividido em seis seções. Após esta introdução, na segunda seção apresentaremos os dados e variáveis utilizados bem como suas fontes e uma breve discussão metodológica. Na terceira e quarta, serão discutidos os resultados, respectivamente, quanto às taxas de atividade e de desemprego dos jovens em Minas Gerais, onde serão contrastados jovens em diferentes estratos de renda. Depois, tendências temporais quanto a estes mesmo dados serão apresentadas. Seguindo este mesmo esquema básico, será realizada uma comparação entre os jovens estudantes e não-estudantes na quinta seção, inclusive com uma comparação entre jovens estudantes em diferentes níveis. Finalmente na sexta e última seção, concluiremos o trabalho levantando algumas discussões relevantes.

2 DADOS, VARIÁVEIS, SUAS FONTES E EVIDÊNCIAS INICIAIS

Foram considerados para análise neste trabalho os jovens com idade entre 15 e 24 anos. As informações têm como fonte os micro-dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE dos anos de 1993 e 2001.

Os jovens de baixa renda são aqueles que viviam em um domicílio com renda per capita ajustada menor que $\frac{1}{2}$ salário mínimo, incluindo agregados. Foi feito um ajuste para o número de pessoas no domicílio já que existe ganho de escala quanto ao custo médio por pessoa no domicílio. Isto porque o aumento de custo em introduzir uma nova pessoa em um domicílio que já conta com, por exemplo, dez indivíduos tende a ser menor do que para um domicílio com um número muito menor de pessoas. Para tanto uma função que aproximou esta variação foi utilizada. O número efetivo de pessoas, n , foi descrito como, aproximadamente, $\ln^2(n) + 1$. Esta função tem limitações claras, uma vez que não distingue jovens de adultos ou idosos, além de vários outros pontos, mas capta de forma aproximada os custos associados à inclusão de novos membros no domicílio.

A definição do que é uma pessoa de baixa renda teve como base o salário mínimo. Uma vez que o poder de compra deste salário pode variar muito de um ano para outro na data de referência das pesquisas existe um problema de comparabilidade dos dados para anos distintos. Os anos de 1993 e 2001 foram escolhidos, entre outros aspectos como antes e no final do Governo FHC, por que a proporção relativa de pessoas consideradas de baixa renda neste estudo foi semelhante ao observado em Barros *et al* (2000) para os pobres no Brasil. Estes anos apresentam grupos comparáveis quanto ao poder de compra e quanto ao ganho nominal em salários mínimos.

A seguir são mostrados alguns dados quanto à proporção de jovens com renda pessoal inferior a $\frac{1}{2}$ salários mínimos em diferentes anos para famílias com renda diversa. Pode-se notar tanto na tabela 1 como nos Gráficos 1 e 2 abaixo que a parcela de jovens com renda inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo diminuiu marcadamente com a idade, independentemente do ano e da faixa de renda per capita da família. Esse ponto indica que uma política voltada para a melhoria na inserção do jovem no mercado de trabalho ou que promova uma expansão na escolaridade pode, ou mesmo deve, ter valores

6 CONCLUSÕES

Pretendeu-se neste artigo mostrar a situação atual do jovem, clientela das políticas de primeiro emprego, no mercado de trabalho e as tendências atuais observadas. Além disso, procurou-se dar ênfase à heterogeneidade da população jovem, com o intuito de trazer à tona a necessidade da elaboração de diferentes políticas públicas, tendo em mente os diversos tipos de clientela alvo e distinções quanto a fatores como: idade do jovem, sexo, frequência na escola, nível escolar que frequenta, se faz parte da PEA ou não, se desempregado ou ocupado, etc.

A seguir são dados alguns exemplos de tipos de clientela alvo como ilustração:

1 - Estudam e não estão na PEA:

1.1 – Muitos estão nesta situação por opção. Outros não estão na PEA por desalento. Estes, dependendo do nível escolar, poderiam participar de algum programa de estágio.

2 - Estudam e estão na PEA:

2.1 - Os desempregados que estão cursando o 2º grau ou 3º deveriam participar de algum programa de estágios.

2.2 - Os desempregados ou não que ainda estão cursando o 1º grau deveriam se incentivados a completar o ensino fundamental em classes normais ou supletivos, dependendo da idade.

3 - Não estudam e estão na PEA:

Para jovens com idade entre 15 e 17 anos deveria ser incentivado o retorno ao estudo, tipo bolsa escola

4 - Não estudam e não estão na PEA:

4.1 - Os duplamente excluídos que têm idade entre 15 e 17 anos deveria ser incentivados a voltar para a escola, talvez recebendo algum tipo de benefício.

4.2 – Para os mais velhos que têm baixa escolaridade teria que ser proposta alguma política que contemplasse estudo e trabalho, além de acompanhamento social quando necessário.

Como a clientela potencial para um programa de primeiro emprego é muito numerosa, prioridades devem ser assinaladas. Os duplamente excluídos são uma possibilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Araujo Jr, A. F. **Raízes Econômicas da Criminalidade Violenta no Brasil: um estudo usando micro dados e pseudo-painel - 1981/1996.** Revista de Economia e Administração, v.1, n.3, 2002.

Barros, R.P.; Henriques, M; Mendonça, R. **A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil.** In: Henriques, R. (org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

Bercovich, A.; Madeira, F. **Descontinuidades Demográficas No Brasil e no Estado de São Paulo.** Anais Encontro Nacional da ABEP, 1990.

Golgher, A e Araujo Jr, A. **Estação Trabalho,** relatório interno da Superintendência de Trabalho e Renda da Secretária de Desenvolvimento Social e Esportes do Governo do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, maio de 2003.

Menezes-Filho, N.A. **Educação e Desigualdade.** In: Lisboa, M.B e Menezes-Filho, N.A. (orgs.), **Microeconomia e Sociedade no Brasil.** Contra Capa/FGV-EPGE, 2001.

Mincer, J. **Investment in Human Capital and Personal Income Distribution.** Journal of Political Economy, v.66, n.4, 1958.

Muniz, J.O. **As Descontinuidades Demográficas Exercem Efeito sobre o Mercado de Trabalho Metropolitano dos Jovens?** Anais Encontro Nacional da ABEP, 2002.

Neri, M. **Primeiro Emprego ou segunda bolsa escola?** Jornal Valor Econômico, 2003.

Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, **Violência Emigração Internacional na Juventude**, São Paulo, Março de 2002.

Rios-Neto, E e Golgher, A. **A oferta de trabalho dos jovens – tendências e perspectivas.** Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise, n. 21, fev., 2003.

Silva, N.D.V. e Kassouf, A.L. **O Trabalho e a Escolaridade dos Brasileiros Jovens.** Mimeo, 2002.

Todeschini, R. **Combate ao desemprego juvenil no Brasil: a proposta do Ministério do Trabalho e Emprego.** Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise, n.21, fev., 2003.